

A formação do estado nacional alemão: uma alternativa historiográfica

The formation of German Nation-State:
a historiographical alternative

CLARICE MENEZES VIEIRA | clarimvi@gmail.com

Professora do Departamento de História e Economia (DHE) do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro, Brasil.

Recebimento do artigo 01-out-12 | **Aceite** 04-nov-12

Resumo As Ciências Sociais e Humanas têm dedicado grande atenção à questão da formação dos "Estados Nacionais" da Europa do século XX, já havendo estudos especializadas nos distintos "casos" históricos singulares. Para o "caso" da Alemanha, uma historiografia dedicada à compreensão do fenômeno da formação de seu Estado Nacional moderno começou a ganhar volume e expressividade a partir da segunda metade do Século XX, historiografia esta que tendeu a se organizar em torno de alguns aspectos centrais que lhe tornaram específica. O objetivo deste artigo é, após delimitar estes aspectos, sugerir uma abordagem alternativa de análise, inspirada nos conceitos teóricos desenvolvidos por José Luiz Fiori a partir de noções originais de Fernand Braudel e outros autores, especialmente o de "Estados-economias nacionais" e sua inserção no "Sistema Mundial Moderno". Sem pretender desqualificar qualquer dos aspectos que têm marcado a historiografia da formação do Estado Nacional alemão, será sugerido que tal alternativa apresenta algumas vantagens relativas e se configura como instrumento útil para a compreensão daquele fenômeno, especialmente ao buscar conectar de forma sistêmica elementos políticos e econômicos do processo histórico de constituição de um espaço com as características associadas ao Estado Nacional moderno. **Palavras-chave** Historiografia da Alemanha; Estado Nacional Moderno; Estado-Economia Nacional; Sistema Mundial Moderno.

Abstract Social and Human sciences have been addressed large attention to the formation of European 20th Century National States, and have already developed specialized historiographies in distinct, singular "cases". In the German "case", a specialized historiography dedicated to the understanding of the modern national state formation begin to take volume and expressiveness since the second half of the 20th Century. This historiography tended to organize itself around some central features which made it peculiar and distinctive. The aim of this paper, besides to delimitate these features, is to suggest an alternative analytical approach inspired by theoretical concepts developed by José Luiz Fiori based on original notions from Fernand Braudel and others, especially that of "national states-economies" and it's insertion into the "Modern

World System". Without wishing to disqualify any of the features which have been peculiar to the historiography of German national state formation, it will be suggested that this alternative has some relative advantages and constitutes itself as a useful tool to the that phenomenon understanding, specially as it tries to connect in a systemic way economic and political elements of the historical process of constitution of a space with the usual characteristics associated with the modern national state. **Keywords** Historiography of Germany, Modern Nation-State, national states-economies; Modern World System.

Introdução

As Ciências Sociais e Humanas têm dedicado grande atenção ao estudo da formação dos chamados “Estados Nacionais” da Europa do século XX, tendo o próprio conceito tornado-se alvo de controvérsias teóricas¹. A forma mais comum de “contar estas histórias”, porém, continua sendo a de “olhar” para o passado à luz das realidades contemporâneas, ou seja, buscar caminhos que conduzam aos Estados existentes no presente. Em outras palavras, grande parte dos estudos sobre a formação dos Estados Nacionais utiliza o que Charles Tilly denominou análise retrospectiva: “[a] retrospective analysis begins with some particular historical condition (...) and searches back for its causes.” (1975b, p. 14).

Este tipo de análise, porém, como destaca o autor (1975c, pp. 618-619), envolve inúmeras dificuldades conceituais e teóricas. A história da Alemanha e, em especial, da formação de seu Estado Nacional, seja qual o for significado atribuído ao conceito, não foge a essa regra. Na maioria dos casos, parte-se da suposição da existência de uma continuidade histórica tal que seja possível estudar a “Alemanha” desde períodos históricos muito remotos, usualmente com inícios no reinado de Carlos Magno (800) ou no Tratado de Verdun (843); ou de que seja possível identificar diretamente as “origens” da unidade a qual se denomina modernamente “Alemanha” no Sacro Império Romano, que, após 1806, encontraria as formas políticas da Confederação do Reno (1806-18150), da Confederação Germânica (1815-1866), da Confederação da Alemanha do Norte (1866-1871) e, “finalmente”, do Império Alemão, considerado como a forma “madura” de seu Estado Nacional, ainda que o mesmo tenha se dissolvido apenas algumas décadas depois.

1 De fato, esta parece ter se tornado uma “linha de pesquisa” própria não apenas da História, mas também da Ciência Política e da Sociologia, e, portanto, o número de estudos a ela dedicado é bastante volumoso; algumas referências importantes podem ser citadas: TILLY (1975a; 1996); GIDDENS (2001); HOBBSBAMM (1990); BALAKRISHNAN (2000); e BENDIX (1964).

Tal suposição, no entanto, encobre ou evita enfrentar diversos problemas, na medida em que, via de regra, não são apresentados argumentos ou critérios que possam justificar tal continuidade. Em poucas palavras, a “análise retrospectiva” é utilizada não apenas para localizar no “passado” objetos de estudo, mas igualmente para justificar o rumo da dinâmica histórica, o que envolve, necessariamente, a utilização de um argumento teleológico e/ou de um elevado grau de anacronismo.

Na maioria dos casos, a forma de tecer o “Fio de Ariadne” que conduziria a “Alemanha” através dos tempos é a associação histórica entre a “Nação” e o “Estado”, ou, mais especificamente, a tentativa de observar como a “Nação” alemã encontrou seu caminho para a formação de uma entidade política unificada. As dificuldades, porém, permanecem, pois, como demonstrou Hobsbawm (1990), o conteúdo objetivo deste conceito é bastante limitado².

Neste sentido, algumas perguntas centrais permanecem sem respostas, como, por exemplo: com base em que argumentos seria possível compreender por que o espaço delimitado pelo Sacro Império Romano, ou mesmo pela Confederação Germânica, viria a se transformar na Alemanha como conhecida no século XX? Se a história da “Alemanha” inicia-se com a história do Sacro Império Romano, por que algumas importantes unidades territoriais pertencentes ao Império (como a Saxônia) viriam a desaparecer como Estados independentes e seriam aglutinadas pela futura “Alemanha” e outras se conformariam como estados independentes (como a Áustria)? Por que se considera que o “Estado Nacional” Alemão estava formado em 1871, dado que aquele “espaço” passaria ainda por diversas transformações políticas? O que define a “Alemanha” (ou qualquer outra unidade política) como um Estado Nacional? Em resumo, análises retrospectivas tradicionais ou que se justifiquem em termos de associações diretas entre os conceitos de “Estado” e “Nação” tendem a não fornecer explicações coerentes para diversos fenômenos históricos relevantes.

Uma das possibilidades de fugir do anacronismo imposto por tal perspectiva levou muitos historiadores a partirem para a utilização da chamada “análise prospectiva”, isto é, a busca dos fatos “brutos” progressos que estariam na

2 Esta é a “definição” do conceito por Walter Bagehot: “a nação é um daqueles muitos fenômenos que compreendemos, desde que não nos façam perguntas sobre ele, mas que não sabemos explicar em termos breves e sucintos” (citado em BAUER, 2000, p. 45); para resenhas e discussões teóricas sobre o conceito de “nação”, ver SMITH (2000a, 2000b); BALIBAR (1990); BREUILLY (2000); GELLNER (2000); HERMET (1996).

origem das unidades que futuramente se tornariam os Estados Nacionais modernos. Mas, neste caso, outras dificuldades se apresentam, já que a possibilidade de identificar tais origens se vê em geral emperrada por uma questão inicial que não encontra resposta em observações supostamente isentas, quão numerosas sejam estas: a partir de quando e onde procurá-las?

Estas são, como se sabe, questões epistemológicas que se colocam à historiografia e, em grande medida, a todo o conhecimento científico, já que envolvem diretamente os tradicionais debates da filosofia da ciência, em especial aqueles que se referem ao relacionamento entre “fatos” e “teoria” e à possibilidade de estabelecer relações explicativas de causa e efeito entre fenômenos, sejam naturais ou humanos³. Qualquer cientista ou historiador, explícita ou implicitamente, deve necessariamente lidar com tal problemática e incorporar alguma posição epistemológica a partir da qual seja possível conduzir suas pesquisas, mesmo que tal escolha seja feita de forma não intencional, consciente ou explícita.

No caso da “Alemanha”, além das abordagens tradicionais comentadas anteriormente, que sequer se colocam os problemas relacionados ao anacronismo de suas narrativas, pode-se dizer que uma historiografia moderna especializada começou a se constituir na segunda metade do século XX, ganhando mais volume e corpo após os anos 1960. Historiografia esta que buscou desenvolver análises que evitassem as simplificações expostas anteriormente e possibilitassem compreender o processo de formação do Estado Alemão sem utilizar a tradicional associação entre o “Estado” e a “Nação”. Tal historiografia foi fortemente influenciada não apenas pelo crescimento do interesse e do volume de pesquisas dedicadas às questões da formação (e posteriormente da suposta dissolução, nos anos 1990) dos Estados Nacionais, das Nações e dos Nacionalismos, mas igualmente pelos aspectos relacionados especificamente à Alemanha do século XX. Tornou-se imperioso, naquele momento, compreender a formação e a dinâmica do Estado Nacional Alemão dentro de novos padrões historiográficos, padrões estes que, por um lado, não mais aceitassem explicações que apelassem a argumentos teleológicos para a compreensão daquele fenômeno, e que, por outro, rechaçassem qualquer apelo à noção de um “destino” associado à “Nação” alemã, em função da conexão direta desta noção ao nazismo.

3 Para uma discussão no que se refere aos problemas historiográficos relacionados à formação dos Estados Nacionais, ver TILLY (1975b); e ROKKAN (1975).

Embora sua produção historiográfica tenha se tornado bastante volumosa⁴, tanto em quantidade quanto na diversidade de abordagens dadas ao problema, pode-se dizer que a mesma tendeu a se organizar em torno de alguns conceitos e formas de análise, sendo possível sugerir, como simplificação realista, que a mesma se caracteriza por alguns aspectos que lhe tornaram específica, dentro dos estudos mais amplos a respeito da formação dos Estados Nacionais.

Não é objetivo deste artigo apresentar uma resenha exaustiva das inúmeras contribuições que compõem a historiografia dedicada à formação do Estado Nacional Alemão moderno. Seu objetivo é apenas o de elencar os aspectos gerais que marcaram e marcam aquela historiografia, para, a partir deste “panorama geral”, sugerir uma forma alternativa de análise, inspirada nos conceitos teóricos desenvolvidos por Fiori (2004) a partir de noções originais de Fernand Braudel e outros autores. Sem desqualificar qualquer daqueles aspectos, será sugerido que tal alternativa analítica pode apresentar algumas vantagens relativas e se configurar como (mais um) instrumento útil para a compreensão daquele fenômeno.

Este aparato analítico, em princípio, como será visto doravante, pode ser utilizado como ferramenta para a compreensão de qualquer um dos inúmeros processos de formação de Estados Nacionais modernos, na medida em que entende aqueles a partir de uma perspectiva sistêmica, na qual não estão isolados, participando de processos históricos de maior amplitude, especialmente da dinâmica de formação e expansão do chamado “Sistema Mundial Moderno”, conforme será discutido à frente. O “caso” da Alemanha, porém, guarda em si relevância própria, não apenas em função dos acontecimentos dos quais aquele Estado seria protagonista em meados do século XX, mas igualmente pelo papel que viria a ter na determinação daquela dinâmica.

Após esta introdução, a segunda seção apresenta uma resenha dos principais aspectos que marcaram a historiografia contemporânea da formação do Estado Nacional alemão; a terceira seção apresenta o referencial teórico alternativo proposto para a compreensão do fenômeno de formação dos Estados Nacionais modernos a partir dos conceitos de “Estado-economia nacional” e “Sistema Mundial Moderno”; e a quarta seção, finalmente, sugere como o mesmo poderia ser aplicado ao “caso” da Alemanha, indicando algumas de suas possíveis vantagens relativamente às ferramentas típicas desenvolvidas pela historiografia dedicada ao tema.

4 Para uma resenha da mesma ver os artigos da coletânea editada por FINCHLSTEIN (1999); e KAY (1992).

Aspectos gerais da historiografia da formação do Estado Nacional Alemão

O primeiro aspecto a ser considerado no que diz respeito aos debates historiográficos contemporâneos sobre a formação do Estado Nacional Alemão é, como já sugerido, a importância adquirida pela ideia de “Nação”. Embora, após a Segunda Guerra Mundial, o tratamento típico dado ao conceito, de cunho fortemente nacionalista, que via a formação do Estado Nacional Alemão como consequência direta e necessária da constituição e do amadurecimento daquela “Nação”, tenha sido em geral rechaçado pela historiografia, a ideia de que a compreensão da formação da Alemanha guarda alguma relação com as tensões relativas aos aspectos da nacionalidade alemã não deixou de ser ingrediente primordial dos debates historiográficos.

Um volume importante da literatura dedicada ao tema passou, a partir especialmente da contribuição original de Friedrich Meinecke, a se concentrar em torno da noção da existência de uma suposta tensão entre a Nação “Cultural” e a Nação “Política”⁵ alemãs, tensão esta que seria uma das forças centrais para o entendimento da formação de seu Estado Nacional.

A manutenção do foco sobre este aspecto do fenômeno, porém, parece ter aumentado a complexidade da matéria, na medida em que permaneceram as tentativas de buscar correspondências entre o “Estado Nacional Alemão” e a “Nação Alemã”. Grande parte das pesquisas, desta forma, passou a se organizar em torno de um problema central: como justificar, a partir dos critérios gerais que orientam a percepção *contemporânea* a respeito da “nacionalidade”, o caminho tomado pelo Estado Nacional Alemão, ou, mais especificamente, porque certas regiões, como a Áustria, não teriam sido nele incluídas.⁶

Este “problema” se vê amplificado ao se considerar um segundo aspecto que marcou a historiografia não apenas da formação do Estado Nacional Alemão, mas dos Estados Nacionais modernos em geral, qual seja, a tendência em privilegiar três “casos” empíricos centrais: os da França, da Inglaterra e da Alemanha. Mais especificamente, grande parte da historiografia dos Estados Nacionais modernos

5 MEINECKE (1970); para discussões posteriores a respeito da importância da ideia de “nação” alemã na constituição da Alemanha moderna, ver ABELLÁN (1997); ou LANGEWIESCHE (1994).

6 “If Germany was defined in terms of language, culture or even race, how could it end at the borders created by Bismarck? Should it not include Germans in Austria, in White Russia, in the Americas and the African colonies?” (BLACKBOURN, 1998, p. xvii).

foi desenvolvida através de análises comparativas que buscavam apreender um “caso” histórico utilizando como referência o “modelo” de formação dos Estados francês e inglês.

Ao considerar este aspecto, os problemas colocados à historiografia da formação do Estado Nacional Alemão se ampliam na medida em que, para os “casos” da França e da Inglaterra, não se encontram em geral as mesmas dificuldades em estabelecer correspondências entre “Estado” e “Nação” como para o “caso” da Alemanha. Em outras palavras, o “desafio” de elucidar o “caminho” tomado pela Alemanha em sua formação enquanto Estado Nacional torna-se mais complexo quando se amplia na pergunta: por que, para a Alemanha, não existe o mesmo grau de correspondência entre a “Nação” e o “Estado” modernos daquele observado para os casos da França e da Inglaterra?

Mais geralmente, a historiografia parece ter encontrado maior facilidade em estabelecer continuidades entre as entidades pré e pós formação do Estado Nacional para os casos da França e da Inglaterra, usualmente atribuídas ao elemento da nacionalidade, que não teria encontrado para o “caso” da Alemanha⁷. Estas continuidades teriam como evidência localizações geográficas relativamente estáveis destes Estados séculos antes da instituição de suas “formas” nacionais, auxiliadas, no caso da Inglaterra, por sua posição insular, e, no caso da França, por uma centralização política precoce em torno de sua Corte.

Uma justificativa encontrada pela historiografia para as dificuldades em reconhecer a continuidade entre a “Nação” e o “Estado” alemães estaria na ausência de uma centralização geográfica ou territorial estável. Este é um dos recursos utilizados, por exemplo, por Norbert Elias (1997) em sua teoria a respeito da evolução do *habitus* alemão, fortalecido ainda pela noção de uma constante tensão política e militar às quais os territórios da Alemanha estiveram historicamente submetidos (1997, pp. 16-17)⁸.

Os aspectos considerados contribuíram para a constituição daquele que talvez seja um dos traços mais marcantes da historiografia da formação do Estado Nacional Alemão, qual seja, a noção de um caráter “especial” atribuído àquele

7 O que não significa, porém, que este elemento esteja objetiva e claramente definido, ou que coincida com aquele que viria a reivindicar os nacionalismos britânico e francês dos séculos XIX e XX; ver, a esse respeito, o capítulo 1 de HOBBSAWM (1990).

8 Vale notar que a comparação com os “casos” inglês e francês aparece nitidamente em Elias (1993), como indica o próprio título da subseção II do Capítulo 2 da obra: “Digressão sobre algumas diferenças nas trajetórias de desenvolvimento da Inglaterra, França e Germânia” (p. 91).

processo, materializada no conceito de *Sonderweg*⁹. De fato, pode-se dizer que a noção do *Sonderweg* está presente, sob defesa ou ataque, na maioria da produção historiográfica da Alemanha a partir da segunda metade do século XX.

Esta noção, embora tenha se desenvolvido enquanto conceito historiográfico “maduro” no século XX, encontra suas raízes no pensamento romântico, em especial em seu aspecto de “revolta” contra os valores associados à Revolução Francesa. Assim, o caráter de um “enigma” associado à “Alemanha” e o conseqüente apelo à idéia de um “caminho especial” que elucidasse o mesmo, foi inaugurado ainda no século XVIII por Goethe e Schiller com sua famosa pergunta de 1797¹⁰, citação quase obrigatória dos livros dedicados à História da Alemanha.

Como se sabe, o debate tendeu a concentrar-se sobretudo na configuração de forças e nas atitudes políticas das diferentes “classes” da “Alemanha” do século XIX, especialmente na suposta ausência de uma burguesia politicamente “desenvolvida”. Neste contexto, relaciona-se a outra “tradição” ou aspecto marcante daquela historiografia, qual seja, a de localizar nas disputas entre as diferentes “classes” (ou Estamentos) dos territórios “alemães” a força dinâmica central para a conformação política de seu “espaço” e do que futuramente se tornaria o Estado Nacional Alemão¹¹.

Esta “tradição” não é, porém, exatamente particular à Alemanha, orientando, de fato, a maioria das pesquisas a respeito da formação dos Estados Nacionais, sejam estas explicitamente ou não de cunho marxista (ver Tilly, 1975b, p. 77).

O debate a respeito do *Sonderweg* engloba as diversas formulações da famosa “Questão Alemã”, e foi fortemente dirigido a uma em particular, sumarizada por Ralf Dahrendorf: “Why is it that so few in Germany embraced the principle of liberal democracy?” (1968, p. 14)¹².

9 Para uma sistematização do conceito e uma de suas críticas centrais, ver BLACKBOURN & ELEY (1984); ou ainda MOMMSEN, 1995, cap. 11; para uma resenha historiográfica, ver LEDFORD (2003); ou FEUCHTWANGER (2002).

10 “Deutschland? Aber wo liegt es? Ich weiß das Land nicht zu finden.” [“Alemanha? Mas onde ela está? Eu não consigo encontrar esse país.”].

11 Este é o caso, por exemplo, da chamada “teoria do compromisso” desenvolvida originalmente por Hans Rosenberg (1958), baseando-se especialmente no Acordo de 1653 entre os Estamentos do Estado Prussiano, segundo a qual os Governantes Hohenzollern teriam realizado uma espécie de “pacto” com a nobreza *Juncker* “sobre” o campesinato para garantir a construção daquele Estado, fator que marcaria profundamente seu caráter e, conseqüentemente, os aspectos centrais da formação do Estado Nacional Alemão; esta é bastante semelhante, por exemplo, à tese de ANDERSON (1989), ou de MOORE, Jr, (1983); para sua crítica, ver HAGEN (1989).

12 Bastante semelhante à formulação de J. M. KITTELSON: “...why Germany failed to develop by the late nineteenth century into a liberal society along the models of western Europe?” (1986, p. S124); para outras formulações da “Questão”, ver o capítulo 1 de DAHRENDORF (op. cit.).

Vale ressaltar que a “Questão”, embora tenha surgido sob influência dos eventos associados ao nazismo, só pôde nascer, em termos teóricos, a partir do aspecto anteriormente considerado, ou seja, a tradição de desenvolver o estudo da formação do Estado Nacional Alemão com referência a outros exemplos ou “casos” históricos. Esta tradição está, mesmo que não explicitamente, influenciada pela metodologia ou pela forma de análise sugerida pelo conceito de “tipos ideais”¹³, pois é apenas elegendo um “modelo” de formação dos Estados Nacionais, ainda que o mesmo corresponda apenas parcialmente a algum caso histórico concreto, que se pode tratar os diferentes “casos” com referência aos aspectos que caracterizam o modelo, observando o quanto se distanciaram de cada um dos mesmos. As noções de um *Sonderweg* e da existência de alguma “Questão Alemã” são, portanto, reflexos diretos da perspectiva analítica comparativa, perspectiva esta que se apresenta como uma das principais estratégias de compreensão dos fenômenos de formação dos Estados Nacionais¹⁴.

Um último aspecto que merece destaque acerca dos traços marcantes da historiografia da formação do Estado Nacional Alemão é a importância do atribuída ao Estado prussiano naquele processo. Se, até inícios do século XX, a tendência dominante foi por uma espécie de supervalorização positiva da Prússia em função de seu (suposto) papel na unificação alemã¹⁵, após a Segunda Guerra Mundial a maioria dos historiadores passou a identificar precisamente nas características daquele Estado as “origens” do nazismo, consolidando-se uma divisão na historiografia entre “prussófilos” e “prussofóbicos”¹⁶.

13 Para este conceito e, mais geralmente, os debates e características da metodologia associada a Max Weber, ver WEBER (1992); COHN (1979); e RUNCIMAN (1972).

14 De fato, qualquer estudo de “caso” de formação de um Estado Nacional poderia ser conduzido, em princípio, a partir da noção de um “caminho especial” se algum modelo do “caminho comum” estiver previamente definido e estabelecido.

15 A chamada “borussificação” da História da Alemanha: “Después de la revolución [1848], se impuso en la historiografía y en la historia literaria una borussificación de la imagen de la historia alemana. (...) El papel de líder de Prusia durante el proceso de unificación de los años sesenta y la fundación del Reich parecía confirmar de manera deslumbrante la leyenda histórica, según la cual la historia alemana en su conjunto se había encaminado desde hacía siglos hacia el Estado nacional dominado por Prusia.” (LANGEWIESCHE, 1994, pp. 45-46).

16 Os termos são originalmente de MEHRING (1975, Parte II, Seção 2, §1). Segundo Evans (1992, p. 239), “The ‘little German’ model ruled, with a traditional Prussian or National Liberal historiography, narrating the story of German history as an inevitable, almost predestined progress towards the unification of 1871 under Prussian leadership, being increasingly overlaid during the twentieth century by a second, much more critical model, telling the same story, but in more negative terms, as an inevitable, almost predestined progress towards the Third Reich of 1933-45. The point was that both models shared many of the same assumptions about the centrality of Prussia to modern German history, and the concomitant marginality of Austria”. (grifo meu); ver ainda HAFFNER, 1998, p. 3.

Todos estes aspectos, finalmente, apontam para uma tendência geral daquela historiografia, qual seja, a de privilegiar aspectos ou forças “internas” para compreender o processo de formação do Estado Nacional Alemão, deixando em segundo plano, ou como forças secundárias, as pressões externas exercidas pela configuração de forças políticas, econômicas e sociais que agiam sobre aquele espaço¹⁷.

Em resumo, pode-se dizer que os aspectos centrais que marcaram os debates historiográficos modernos sobre o processo de formação do Estado Nacional Alemão foram: i) uma excessiva importância atribuída ao papel da “Nação” alemã; ii) a utilização de um arcabouço analítico comparativo onde o principal “modelo” de comparação foram os processos de formação dos Estados francês e inglês; iii) a noção da existência de um *Sonderweg* associado ao mesmo; iv) a tendência em enfatizar a tensão entre as classes sociais ou Estamentos como força motriz central para a sua compreensão; v) uma excessiva importância atribuída ao papel do Estado Prussiano sobre o mesmo; vi) o privilégio aos aspectos internos ao espaço alemão, e a conseqüente secundarização das forças externas, para a determinação da dinâmica daquele processo.

Os aspectos destacados, deve-se novamente ressaltar, não podem dar conta de toda a volumosa literatura dedicada ao tema, mas marcaram, em maiores ou menores graus, a produção de seus mais destacados representantes. Tendo-se elencado os mesmos, trata-se, neste momento, de expor uma proposta teórico-analítica que, como será visto, apresenta características bastante distintas na forma de apreensão e compreensão daquele fenômeno.

O “Estado-economia nacional” alemão

A matéria sobre a qual se debruçam as ciências humanas e sociais é complexa e dinâmica e, portanto, quaisquer recursos intelectuais que sejam desenvolvidos na tentativa de compreendê-la devem, em princípio, ser considerados como úteis. Neste sentido, os aspectos que marcaram e marcam a historiografia da Alemanha, a partir dos quais historiadores de diferentes “escolas” desenvolveram suas contribuições para o estudo da formação do Estado Nacional Alemão, se articularam para formar o pouco ou muito que julgamos compreender sobre aquele fenômeno.

17 Exceção feita ao caso de ELIAS (1997) e, em certa medida, ao de ANDERSON (1989).

Uma alternativa que pode apresentar utilidade para esta compreensão, sendo sua apresentação a proposta central deste artigo, é a utilização do “modelo” proposto por Fiori (2004), construído a partir das sugestões originais de Braudel (1996a, 1996b) e outros autores.

Ao definir o “mercado nacional”, Braudel afirma:

Assim se designa a coerência econômica adquirida de um dado espaço político, sendo esse espaço de uma certa dimensão, antes de tudo a que chamamos o Estado territorial, a que antigamente se preferia chamar o Estado nacional. Uma vez que, nesse quadro, a maturidade política precedeu a maturidade econômica, a questão é saber quando, como e por que razões esse Estados adquiriram, economicamente falando, uma certa coerência interna e a faculdade de se comportar como um conjunto em relação ao resto do mundo. (1996b, p. 255, grifo meu)

Como se nota, a construção do “mercado nacional” corresponderia para o autor a uma transformação, operada sob um certo espaço *territorial* definido politicamente, de suas relações econômicas de forma a que estas atingissem uma “certa” coerência interna. Ao mesmo tempo, a força necessária a esta transformação é eminentemente política:

O mercado nacional, finalmente, é uma *rede de malhas* irregulares, frequentemente *construídas* a despeito de tudo: a despeito das cidades demasiado poderosas que têm sua política própria, das províncias que recusam a centralização, das intervenções estrangeiras que acarretam rupturas e brechas, sem contar interesses divergentes da produção e das trocas (...) A despeito também dos enclaves de auto-suficiência que ninguém controla. *Não é de estranhar que tenha havido necessariamente na origem do mercado nacional uma vontade política centralizadora: fiscal, administrativa, militar ou mercantilista.* (1996b, p. 265, grifo meu)¹⁸

18 Vale notar, porém, que, para BRAUDEL, as relações entre o poder político e o mercado nacional não são diretas, pois a “maturidade política” não garante automática e necessariamente o surgimento do mercado nacional: “As explicações tradicionais valorizam demais as medidas autoritárias que desvencilharam o espaço político das al-fândegas internas e dos pedágios que o fragmentavam, ou pelo menos prejudicavam a circulação nele. Levantados esses obstáculos, o mercado nacional começa a tornar-se eficiente. Não será uma explicação simples demais?” (1996b, p. 266); ou ainda “Se o mercado nacional nascesse desse reordenamento, só haveria mercados nacionais

Sob os aspectos político e econômico, portanto, o Estado Nacional corresponderia a uma unidade “híbrida”, constituída simultaneamente por um poder territorial e por um mercado nacional, ou ao que Fiori (2004) denominou diretamente de “Estado-economia nacional”.

Em princípio, portanto, o processo geral de formação dos Estados Nacionais poderia ser investigado a partir de dois sub-processos simultâneos: a formação, por um lado, de unidades territoriais centralizadas e, por outro, desta “rede de malhas” que constituiriam os mercados nacionais. Porém, como a formação do segundo esteve necessariamente relacionada à do primeiro, a investigação deve incluir a maneira como estes dois “sub-processos” se interconectaram e interferiram mutuamente.

É precisamente a partir desta motivação, ou seja, reconstruir historicamente o “‘momento’ lógico e histórico em que o ‘poder político’ se encontra com o ‘mercado’ e recorta as fronteiras dos primeiros ‘estados/economias’ e ‘identidades/interesses’ nacionais” (FIORI, 2004, p. 20), que Fiori apresenta os conceitos de “economia-mundo” e “política-mundo” europeias.

Por volta dos séculos XII e XIII, o espaço europeu constituía, por um lado, uma “economia-mundo”:

Um território unificado por uma rede mais densa de comércio que unia, entre si, um conjunto hierarquizado de cidades, portos e feiras mercantis (...) articulado em torno da liderança de uma cidade ou pólo dominante que comandava o comércio e as finanças do sistema. (2004, p. 21)

E, por outro, uma “política-mundo”:

(...) [Um] pedaço[s] do planeta interligado[s] e unificado[s] por conflitos e guerras quase permanentes. Território[s] ocupado[s] por vários centros de poder e alguns “núcleos imperiais”, contíguos e competitivos, que acabaram se impondo aos demais – a partir dos séculos XII e XIV – e acumulando o poder indispensável à criação dos estados nacionais, através de alianças e matrimônios, mas, sobretudo através da guerra. (2004, pp. 21-22)

no continente europeu no final do século XVIII, no princípio do século XIX. É evidentemente um exagero. Aliás, bastará suprimir os pedágios para ativar os tráficos?” (1996b, p. 267).

A investigação a respeito do processo de formação dos “Estados-economias nacionais” pode, neste contexto, ser conduzida a partir da apreciação histórica do relacionamento entre o “jogo das guerras” da “política-mundo” e o “jogo das trocas” da “economia-mundo” europeias. Uma das conclusões do autor é a de que, embora estes “jogos” tenham estado, desde pelo menos o século XII, conectados¹⁹, seus “resultados”, em termos da construção dos Estados Nacionais, só se concretizariam em fins do século XVII, com a formação do primeiro “Estado-economia nacional” maduro, ou seja, a Inglaterra. Mesmo neste caso, porém, a origem primordial da conexão entre aqueles “jogos” não deixou de ser o financiamento das guerras.

Em outras palavras, o período entre meados dos séculos XV e XVII (ou o que se usualmente é denominado Longo Século XVI²⁰) assistiu, como antes, à forte ligação entre o poder e a riqueza, materializada especialmente pelas necessidades de financiamento das guerras; naquele momento, porém, produziu o fenômeno historicamente inédito de formação dos “Estados-economias nacionais”. Este processo, por sua vez, teria dado origem ao que Fiori denominou “Sistema Mundial Moderno”²¹, cujo “núcleo central”²² (ou as chamadas “Grandes Potências”), inicialmente, formou-se apenas por Estados europeus, mas que, com o passar dos séculos, acabou por incorporar outras unidades, unidades estas que lograram estabelecer de forma bem sucedida aquele profícuo “casamento”.

Esse “sistema” apresenta como característica primordial o fato de o poder e a riqueza não estarem homoganeamente distribuídos. Ao contrário, a pressão competitiva é uma das forças centrais para a compreensão de sua dinâmica²³ e,

19 “A história desta convergência, entretanto, começou muito antes do século XVI, quando são tecidos os primeiros laços de dependência mútua entre o ‘jogo das trocas’ e o ‘jogo das guerras’, dentro dos espaços da ‘economia-mundo’ e da ‘política-mundo’ europeias.” (FIORI, 2004, p. 29).

20 A expressão se refere ao período aproximado entre 1450 e 1650 e foi cunhada especialmente por Immanuel Wallerstein (1974, 1980); este recorte temporal é semelhante àquele utilizada por Giovanni Arrighi (1996) e por Fernand Braudel (1995; 1996a, 1996b) em suas análises.

21 O conceito é originário de Immanuel Wallerstein (1974), mas é aqui utilizado no sentido desenvolvido por FIORI (2004); ver, para sua sistematização, FIORI (2007).

22 “(...) desde o seu início, o novo sistema estatal europeu esteve sobre o controle compartilhado ou competitivo de um pequeno número de ‘estados/impérios’ que se impuseram dentro da própria Europa, conquistando, anexando ou subordinando outras formas de poder local menos poderosas que os novos estados. Foi assim que nasceram as primeiras potências, um pequeno número de ‘estados-impérios’ que se impuseram na sua região e se transformaram no ‘núcleo central’ do sistema estatal europeu, o núcleo das Grandes Potências.” (FIORI, 2004, pp. 38-9).

23 “(...) toda e qualquer unidade que se incluía neste sistema e tenha pretensões de ‘não cair’ está sempre obrigada a expandir o seu poder, de forma permanente, porque a guerra é uma possibilidade constante, e um componente essencial do cálculo estratégico de todas as unidades do sistema.” (FIORI, 2004, p. 27).

neste sentido, alguns “Estados-economias nacionais” sempre conseguiram, pela disputa, pela guerra, pela expansão territorial, pela imposição de sua moeda ou de seus capitais, exercer domínio e controle econômico e político, em maiores ou menores graus, sobre alguns de seus competidores. O momento histórico e a posição nas disputas geopolíticas e geoeconômicas que envolvem o “núcleo central” do “Sistema” são essenciais, portanto, para a compreensão dos distintos processos de formação e constituição de cada Estado Nacional moderno, bem como a forma como este “núcleo central” tentou se expandir sobre novos territórios²⁴.

Tais noções podem se constituir como arcabouço teórico e analítico para compreender os processos históricos de formação dos Estados Nacionais entendidos como “Estados-economias nacionais” inseridos no “Sistema Mundial Moderno”. Algumas premissas deste arcabouço devem ser destacadas. Em primeiro lugar, parte-se do entendimento de que os dois elementos fundamentais que caracterizam aquelas unidades são de caráter político e econômico. Em outras palavras, tal perspectiva privilegia estes elementos, de certa forma secundarizando outros que possam ter importância na constituição daquelas unidades (como, por exemplo, os aspectos relacionados à nacionalidade). Aceitando-se, porém, que todo o exercício historiográfico envolve “olhar” para o passado a partir de algum referencial teórico, ou a partir de alguma “luz” que possa iluminar que elementos serão privilegiados, e que, portanto, este exercício sempre envolve certo grau de abstração, a questão seria perguntar se esta abstração, em particular, pode ser defendida como útil para elucidar algum componente do fenômeno observado.

O segundo aspecto que marca esta abordagem é a compreensão de que o processo de formação dos Estados Nacionais corresponde ou participa de um evento histórico específico, ou seja, a constituição do “Sistema Mundial Moderno”, que começa a se constituir por volta do Longo Século XVI, e que se caracteriza pela constante tensão entre unidades econômicas e políticas hierarquizadas que apresentam uma tendência à expansão e ao domínio. Um dos elementos centrais para a determinação da dinâmica deste “Sistema” seria, precisamente, esta tensão e as formas e momentos em que o poder e a riqueza se associam e passam a disputar posições no contexto geopolítico e geoeconômico em que se inserem. Desta forma, os processos de formação dos Estados Nacionais não podem ser compreendidos

24 “(...) o pequeno núcleo das Grandes Potências mantém sua centralidade dentro do sistema político mundial, e ainda são as suas decisões e conflitos que determinam a dinâmica do sistema, incluindo as ‘janelas de oportunidade’ abertas para os estados situados na sua periferia.” (FIORI, 2004, p. 41).

isoladamente, ou sem considerar a localização no espaço e no tempo ocupada pelos diferentes “Estados-economias nacionais” que vão se constituindo a partir do século XVI. O momento em que a riqueza encontra-se com o poder na forma destas unidades e a posição ocupada pelas mesmas são de fundamental importância para a compreensão de sua própria constituição e características. Assim, é uma premissa teórica deste aparato a importância basilar das questões “externas” ou das pressões exercidas pelas demais unidades de concentração e acumulação de poder e riqueza para o entendimento dos distintos processos de formação dos Estados Nacionais. Tais unidades só surgem ou se afirmam em sua interação com as pressões exercidas por outras, que competem, no cenário geopolítico e geoeconômico do “Sistema Mundial Moderno”, pelas oportunidades e possibilidades de expansão do poder e da riqueza.

O exercício analítico necessário para a compreensão do processo de formação de um Estado Nacional em particular, portanto, seria o de investigar como teria se dado o processo de constituição do “Estado-economia nacional” em referência ao momento histórico e às características daquele “Sistema”, considerando as pressões expansivas que seu “núcleo central” exerciam, pressões estas que variaram em sua forma e intensidade conforme o tempo e o espaço desde a sua constituição, assim como variaram seus membros

A seção seguinte buscará discutir, neste contexto, as possibilidades de “aplicação” deste aparato teórico ao processo de formação do Estado Nacional Alemão.

O ‘Estado-economia nacional’ alemão

Dadas as considerações anteriores, compreender a formação do Estado Nacional Alemão pressupõe estabelecer algumas questões centrais, quais sejam: como teria se dado, no “espaço alemão” (ou no espaço Europeu entre os rios Reno e Oder), a conexão entre o processo de construção, por um lado, de um Estado Territorial unificado, e, por outro, das “malhas” econômicas de natureza “nacional”? No momento em que o espaço alemão atingiu formas de estados territoriais unificados, quais eram, “economicamente falando”, suas “coerências internas”? Se ou como teriam operado as “vontades políticas centralizadoras” que conduziram a processos de unificação política e de construção dos “mercados nacionais” nos termos que sugere Braudel? Como o “jogo das trocas” associou-se, naquele espaço, ao “jogo das guerras”? Como aquelas unidades políticas e econô-

micas se inseriram, desde aproximadamente o século XVI, na “economia-mundo” e na “política-mundo” europeias e no processo geral de formação dos “Estados-economias nacionais”? Que unidades, a partir daquele período, faziam parte do chamado “núcleo central” do “Sistema” e através de que formas buscaram competir e se expandir sobre suas concorrentes ou sobre novos territórios econômicos e políticos? Como estas pressões se fizeram sentir no “espaço alemão” e que papel tiveram para impulsionar ou retardar seus processos de centralização política e de formação de redes econômicas de caráter nacional?

Não é objetivo deste artigo fornecer respostas a essas perguntas pois estas consistiriam, precisamente, no próprio resultado da aplicação do modelo teórico proposto para o “caso” alemão. Interessa, antes, sugerir que tais perguntas, em conjunto, formuladas a partir daquele referencial, podem se constituir como instrumental útil para compreender o processo de formação do Estado Nacional Alemão que apresenta algumas vantagens com relação às formas com que a historiografia tem tratado o tema.

A primeira vantagem relativa de tal aparato diz respeito à circunscrição espaço-temporal sobre a qual deve estar delimitada a investigação, questão colocado a qualquer tratamento da história da formação do Estado Nacional Alemão.

De fato, este problema sempre apresentou-se à historiografia como bastante problemático, na medida em que o próprio conceito de “Estado Nacional” não está plenamente estabelecido entre as Ciências Sociais e Humanas, e, portanto, não existe consenso historiográfico sequer a respeito de quando, efetivamente, se instituiu o Estado Nacional Alemão. De acordo com a maior parte das obras dedicadas à História da Alemanha, ele teria nascido em 1871, com a formação do Segundo Império Alemão. Essa não é, porém, a opinião de vários historiadores especializados, em função tanto das distintas interpretações do conceito de “Estado Nacional”, quanto das dificuldades em associar o Império à “Nação Alemã”²⁵.

Utilizando o referencial proposto anteriormente, tal problemática vê-se, em grande medida, esvaziada, pois estas escolhas podem ser orientadas diretamente

25 Para Evans, por exemplo: “The idea of Germany as a nation-state was increasingly replaced by the admission that there was not one German history but several. (...) Bismarck’s creation of the empire of 1871 seemed increasingly to have been a tour de force, its artificial nature underlined by the fact that its existence was followed within a few decades by two world wars for which it was largely responsible. Its boundaries did not stand the test of time; (...) As the fortieth anniversary of the end of the Second World War came and went, Germany increasingly seemed to have reverted to what was arguably its natural condition of division into a number of different independent states.” (1992, p. 238); para uma discussão historiográfica, ver KOHN (1954); HOFER (1954); SHEEHAN (1981) [que chega a afirmar que: “German history, as a singular process, had not yet really begun.” (p. 10)]; e ABELLÁN (1997).

para as forças políticas e econômicas que agiram, a partir do século XVI, sobre o “espaço alemão”, especialmente tentando captar se, como e com quais características teriam se dado processos de constituição simultânea de unidades territoriais unificadas e de “mercados nacionais”, e como tais unidades competiram entre si e com outras pelas oportunidades de expansão de seu poder e de sua riqueza.

Para o caso da Alemanha, um dos eventos fundamentais no que diz respeito à questão política relacionada ao “espaço alemão” seria a Guerra dos Trinta Anos e, em especial, o Tratado de Westphalia, já que, no que se refere às unidades constituintes do Sacro Império Romano, os príncipes adquiriram, em maiores ou menores graus, os principais aspectos usualmente associados à noção de soberania política (ver BARRACLOUGH, 1946, p. 382).²⁶

A investigação deste “caso”, portanto, poderia recair, no que diz respeito ao tempo, diretamente sobre o “período” que se inicia com o Tratado, pois é especialmente a partir deste que é possível observar com maior nitidez o processo de constituição de unidades territoriais unificadas no interior daquele espaço. A partir daquele momento, suas disputas começam a se apresentar, cada vez mais, como conflitos envolvendo a expansão e a tentativa de controle e domínio entre as próprias unidades do Império e, ao mesmo tempo, como busca por afirmação política e econômica frente às pressões que cada uma destas unidades e todas em conjunto sofriam de outras que formavam o “núcleo central” do “Sistema”, o que aparece ainda com maior nitidez nas inúmeras guerras que marcaram o território europeu ao longo do século XVIII²⁷.

26 De fato, esta tendência já vinha se desenvolvendo mesmo antes da Guerra dos Trinta Anos: “Even before the beginning of the war in 1618 a number of the more important states – Hesse, Saxony, Brandenburg and, in particular, the Palatinate – had maintained ambassadors at foreign courts, working side by side with, and as often as not in opposition to, the imperial ambassadors. They had not hesitated to enter into foreign alliances without imperial assent. Hence by 1648 they were already acting as independent powers in European politics (...)” (BARRACLOUGH, 1946, p. 381); ver, ainda, a respeito, ARETIN (1986); VANN (1986); KAMEN (1968); POLISENSKY (1955); e RABB (1962).

27 Ao longo do século XVIII, portanto, a pesquisa indicaria como “atores” centrais nos “jogos” de poder e riqueza relevantes para aquele espaço: as Dinastias do Império com seus territórios ou possessões correspondentes, em especial, os Habsburgo, os Wittelsbach, os Wettin, e, naturalmente, os Hohenzollern, bem como alguns ainda importantes territórios eclesiásticos e as Cidades Livres (estas últimas, deve-se ressaltar, com papel central no controle das “malhas” econômicas do interior do Império); o Reino da Suécia, o Reino da Polônia, o Império Russo, a França e a Inglaterra; a configuração de forças entre estas unidades se transformaria bastante ao longo daquele século e as próprias disputas, no século XIX, assumiriam outras formas, com a dissolução do Império e com o “congelamento” de suas fronteiras “acertado” entre as Potências no Congresso de Viena após a derrota da França; para uma discussão da evolução do contexto político do espaço alemão ao longo do século XVIII, ver FOOT (1971); para os acordos relativos ao Congresso de Viena e à Confederação Germânica, ver GULICK (1965); PORTILLO (1994); ou SCHROEDER (1992);

Um segunda vantagem que pode ser enfatizada no que se refere ao arcabouço proposto é a possibilidade de evitar todo o *embróglho* resultante de explicações com apelos ao conceito de “Nação” no debate sobre a formação do Estado Nacional alemão. Na medida em que se privilegiam observar as forças econômicas e políticas que agiram naquele espaço e naquele tempo, especialmente como se estabeleceram relações políticas e econômicas no interior e entre suas unidades, a questão da nacionalidade passa a segundo plano de análise e, portanto, todas as dificuldades relacionadas ao seu significado e as controvérsias a respeito de sua importância podem ser evitadas. O mesmo pode ser dito no que se refere às disputas entre as diferentes “classes”, elemento a ser considerado como *ingrediente* para a compreensão dos processos de unificação política e econômica, mas não como sua *força motriz*, já que tais disputas podem interferir naqueles processos mas não devem ser consideradas como suas determinantes.

Deve-se alertar, porém, que incorporar esta abordagem não significa um deslocamento para o extremo oposto do “internalismo” tradicional constituinte de grande parte da historiografia especializada, ou seja, para uma análise que só considere os aspectos “externos” ao tratar daquele fenômeno histórico. Propõe-se, antes, que estas duas “naturezas” de elementos sejam entendidas de forma conjunta e integrada, pois, por um lado, as forças externas são sempre relevantes para a compreensão das distintas configurações internas aos Estados; e, por outro, distintas configurações internas representam diferentes possibilidades de ação e reação às pressões externas.

É fundamental destacar ainda que, segundo o modelo teórico proposto, a investigação não pode desconsiderar os aspectos econômicos. De fato, uma de suas premissas básicas é a de que os processos de unificação territorial e de constituição de mercados de caráter nacional não podem ser compreendidos isoladamente, e a possibilidade de entender suas conexões configuraria uma forma alternativa de apreender a história da formação dos Estados Nacionais. Assim, não se trata apenas de observar as disputas políticas no interior do espaço alemão e as pressões “externas” que sofria, ao preço de se recair em narrativas que atribuem peso exclusivo àqueles elementos. Tratar-se-ia de perguntar: como aquelas disputas influenciaram ou transformaram as distintas “malhas” econômicas presentes no interior daquele espaço? Como se refletiram em políti-

a respeito da evolução política daquele espaço ao longo dos séculos XVIII e XIX, ver HAMEROW (1966); KITCHEN (1978); SCHROEDER (1996); ou KENNEDY (1989).

cas de “recorte” de espaços econômicos coerentes, no que diz respeito a aspectos comerciais, monetários, financeiros, alfandegários, produtivos? Que forças econômicas agiam sobre aquele “espaço-tempo” e até que ponto tiveram que ser modificadas ou “contidas” para adquirir a coerência necessária de mercados de caráter nacional²⁸?

Deve-se notar, finalmente, que a adoção deste arcabouço implica em fugir do tipo de análise mais comum aplicada aos processos de formação dos Estados Nacionais, qual seja, a análise comparativa (e, conseqüentemente, a necessidade de apelar a qualquer noção de “caminho especial” associado a um Estado). Pelas próprias premissas do “modelo”, os distintos casos de formação dos Estados Nacionais são, necessariamente, específicos, pois cada um se dá em um momento e em um espaço específicos do contexto geopolítico e geoeconômico do “Sistema Mundial Moderno” após sua “explosão” inicial, no século XVI, com a formação do primeiro “Estado-economia nacional” maduro, a Inglaterra. O “caminho” da Alemanha, portanto, pode ser considerado especial, assim como o de qualquer outro Estado Nacional que se queira investigar, mas todos guardam a característica comum de terem sido percorridos no interior daquele “Sistema” e, portanto, de não poderem fugir às pressões através das quais seus participantes buscaram expandir seu poder e sua riqueza sobre seus competidores. O papel da Prússia naquele “caminho” certamente guarda sua importância, mas este, como o de qualquer outro Estado, não poderia ser compreendido de forma isolada relativamente aos demais que participavam daquelas disputas.

Se este aparato pode não ser adequado para analisar alguns fenômenos históricos específicos, como, por exemplo, se existe ou o que é a “Nação” alemã, talvez possa contribuir para elucidar uma das questões mais instigantes colocadas à historiografia especializada: como e porque um espaço fragmentado do ponto de vista político e econômico logrou gerar alguns Estados Nacionais e, em particular, um que viria a ingressar, em fins do século XIX (e como um de seus membros mais fortes), no seio “núcleo” das Grandes Potências, e a se tornar poderoso a ponto de ameaçar, com sua “vontade imperial”, o próprio “Sistema Mundial Moderno”.

28 O processo de constituição e de evolução do *Zollverein*, neste contexto, aparece como central; porém, seria de fundamental importância observar como operavam e evoluíram as forças econômicas de diversas naturezas que agiam sobre aquele espaço desde pelo menos a Guerra dos Trinta Anos, que, como se sabe, é considerada um marco na história econômica do espaço alemão; ver, a respeito, CARSTEN (1956); HEATON (1971); HENDERSON (1967a, 1967b, 1968); HOBBSAWM (1954a, 1954b, 1977, 1982, 1988); KINDELBERG (1996); KRIDTE (1994); LANDES (1994); RABB (1962); VRIES (1983); WILSON (1957); BAZZILION (1990).

Referências bibliográficas

- ABELLÁN, J. *Nación y nacionalismo en Alemania. La "cuestión alemana" (1815-1990)*. Madrid: Tecnos, 1997.
- ANDERSON, P. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARETIN von, K. O. E. "Russia as a guarantor power of the Imperial Constitution under Catherine II". In: *The Journal of Modern History*, vol. 38 (Supplement: Politics and society in the Holy Roman Empire, 1500-1806), 1986. pp. S141-S160.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALIBAR, E. "The Nation Form. History and ideology". In: *Review*, vol. XIII, n. 3, 1990. pp. 329-361.
- BARRACLOUGH, G. *The origins of Modern Germany*. Oxford: Basil Blackwell, 1946.
- BAUER, O. "A nação". In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 45-83.
- BAZILLION, R. J. "Economic integration and political sovereignty: Saxony and the Zollverein, 1834-1977". In: *Canadian Journal of History*, vol. XXV, 1990. pp. 189-213.
- BENDIX, R. *Nation-Building and citizenship*. Berkley: University of California, 1964.
- BLACKBOURN, D. *The long nineteenth century. A history of Germany, 1780-1918*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1998.
- _____; ELEY, G. *The peculiarities of German history: bourgeois society and politics in Nineteenth-Century Germany*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1984.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume I: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume II: O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume III: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.
- BREUILLY, J. "Abordagens do nacionalismo". In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 155-184.
- CARSTEN, F. L. "Was there an economic decline in Germany before the 30 Years War?". In: *English Historical Review*, LXXI, n. 279, 1956. pp. 240-247.
- COHN, G. *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DAHRENDORF, R. *Society and democracy in Germany*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1968.

- ELIAS, N. *O processo civilizador. Vol. 2: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- EVANS, R. J. "German History – Past, present and future". In: MARTEL, G. (ed.) *Modern German reconsidered, 1870-1945*. London: Routledge, 1992. pp. 237-54.
- FEUCHTWANGER, E. "The Peculiar Course of German History". In: *History Review*, n. 43, 2002. pp. 49-54.
- FINCHELSTEIN, F. (ed.) *Los Alemanes, el Holocausto y la culpa colectiva. El debate Goldhagen*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- FIORI, J. L. "Formação, expansão e limites do poder global". In: _____. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 11-64.
- _____. "Prefácio". In: _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. pp. 13-40.
- FOOT, M. "The origins of the Franco-Prussian war and the remaking of Germany". In: BURY, J. P. T. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. X: The Zenith of European Power 1830-70*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. pp. 577-602.
- GELLNER, E. "O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe". In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 107-154.
- GIDDENS, A. *O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Coleção Clássicos, 22)
- GULICK, E. V. "The final coalition and the Congress of Vienna, 1813-15". In: CRAWLEY, C. W. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. IX: War and peace in an age of upheaval, 1793-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965. pp. 639-667.
- HAFFNER, S. *The rise and fall of Prussia*. London: Phoenix, 1998. (Paperback Edition)
- HAGEN, W. "Seventeenth-Century crisis in Brandenburg: the Thirty Years' War, the destabilization of serfdom, and the rise of absolutism". In: *American Historical Review*, vol. 94, n. 2, 1989. pp. 302-335.
- HAMEROW, T. S. *Restoration, revolution, reaction: economics and politics in Germany, 1815-1871*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- HEATON, H. "Economic change and growth". In: BURY, J. P. T. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. X: The Zenith of European Power 1830-70*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. pp. 22-48.
- HENDERSON, W. O. *The industrial revolution on the continent. Germany, France, Russia. 1800-1914*. Second Edition. London: Frank Cass & Co. Ltd., 1967a.

- _____. *The state and the Industrial Revolution in Prussia, 1740-1870*. Liverpool: Liverpool University Press, 1967b.
- _____. *The Zollverein*. London: Frank Cass, 1968.
- HERMET, G. *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- HOBSBAWM, E. J. "The general crisis of the European economy in the 17th Century". In: *Past & Present*, n. 5, 1954a. pp. 33-53.
- _____. "The crisis of the 17th Century-II". In: *Past & Present*, n. 6, 1954b. pp. 44-65.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOFER, W. "Toward a revision of the German concept of History" In: KOHN, H. (ed.) *German history: some new German views*. London: George Allen & Unwin, 1954. pp. 187-205.
- KAMEN, H. "The economic and social consequences of the Thirty Years War". In: *Past & Present*, n. 39, 1968. pp. 44-61.
- KAY, T. J. "Bibliographical Essay". In: MARTEL, G. (ed.) *Modern German reconsidered, 1870-1945*. London: Routledge, 1992. pp. 255-77.
- KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KINDELBERG, C. P. *World Economic Primacy, 1500 to 1990*. New York: Oxford University Press, 1996.
- KITCHEN, M. *The political economy of Germany, 1815-1914*. London: Croom Helm, 1978.
- KITTELSON, J. M. "Renaissance and Reformation in Germany: an agenda for research." In: *The Journal of Modern History*, vol. 38 (Supplement: Politics and society in the Holy Roman Empire, 1500-1806), 1986. pp. S124-S140.
- KOHN, H. "Rethinking recent German History." In: _____. (ed.) *German history: some new German views*. London: George Allen & Unwin, 1954. pp. 24-43.
- KRIDTE, P. *Feudalismo tardio y capital mercantil. Líneas maestras de la historia económica europea desde el siglo XVI hasta finales del XVIII*. Barcelona: Crítica, 1994.
- LANDES, D. S. *Prometeu Desacorrentado: Transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1994.
- LANGEWIESCHE, D. "Imperio, Nación y Estado en la historia alemana reciente". In: ORRUÑO, J. M. O. de; SAALBACH, M. (eds.) *Alemania (1806-1989): Del Sacro Imperio a la caída del Muro*. Servicio Editorial Universidad Del Pais Vasco: 1994. pp. 31-59.

- LEDFOURD, K. F. "Comparing comparisons: disciplines and the *Sonderweg*". In: *Central European History*, vol. 36, n. 3, 2003. pp. 367-374.
- MEHRING, F. *Absolutism and revolution in Germany. 1525-1848*. Publicado originalmente em 1892, 1897 e 1910. London: New Park Publications, 1975. (edição disponível em <http://www.marxists.org/archive/mehring/1910/absrev/index.htm>)
- MEINECKE, F. *Cosmopolitanism and the National State*. Princeton: Princeton University Press, 1970.
- MOMMSEN, W. J. *Imperial Germany 1867-1918: politics, culture, and society in an authoritarian state*. London: Arnold, 1995.
- MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- POLISENSKY, J. V. "The Thirty Years War". In: *Past & Present*, 7, 1955. pp. 31-43.
- PORTILLO, J. M. "Los problemas políticos y constitucionales de la Confederación Germanica en su momento formativo (aproximación historiográfica)". In: ORRUÑO, J. M. O. de; SAALBACH, M. (eds.) *Alemania (1806-1989): Del Sacro Imperio a la caída del Muro*. Servicio Editorial Universidad Del País Vasco: 1994. pp. 11-29.
- RABB, T. K. "The effects of the Thirty Years War on the German Economy". In: *Journal of Modern History*, XXXIV, 1, 1962. pp. 40-51.
- ROKKAN, S. "Dimension of state formation and nation-building: a possible paradigm for research on variations within Europe". In: TILLY, C. (ed.) *The formation of National States in Western Europe*. Princeton, New Jersey.: Princeton University Press, 1975. pp. 562-600.
- ROSENBERG, H. *Bureaucracy, aristocracy and autocracy. The Prussian experience: 1660-1815*. Boston: Beacon Press, 1958.
- RUNCIMAN, W. G. *A critique of Max Weber's philosophy of social science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- SCHROEDER, P. W. "Did the Vienna settlement rest on a balance of power?" In: *American Historical Review*, v. 97, n. 2, 1992. pp. 683-706.
- _____. *The transformation of European politics 1763-1848*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- SHEEHAN, J. J. "What is German History? Reflections on the role of the nation in German History and Historiography". In: *Journal of Modern History*, 53, 1981. pp. 1-23.
- SMITH, A. D. "O nacionalismo e os historiadores". In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a. pp. 185-208.
- _____. "Criação do estado e construção da nação". In: HALL, J. (org.) *Os Estados na História*. Rio de Janeiro: Imago, 2000b.
- TILLY, C. (ed.) *The formation of national states in western Europe*. Princeton & London: Princeton University Press, 1975a.
- _____. "Reflections on the history of European state-making". In: _____. (ed.) *The formation of national states in western Europe*. Princeton & London: Princeton University Press, 1975b. pp. 3-83.

- _____. "Western state-making and theories of political transformation". In: _____. (ed.) *The formation of national states in western Europe*. Princeton & London: Princeton University Press, 1975c. pp. 601-638.
- _____. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- VANN, J. A. "New directions for study of the Old Reich". In: *The Journal of Modern History*, vol. 38 (Supplement: Politics and society in the Holy Roman Empire, 1500-1806), 1986. pp. S3-S22.
- VRIES, J. *A economia da Europa numa época de crise (1600-1750)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- WALLERSTEIN, I. *The modern-world system. Vol. I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. London, New York, San Francisco: Academic Press, 1974.
- _____. *The modern-world system. Vol. II: mercantilism on the consolidation of the European world-economy 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.
- WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez, 1992.
- WILSON, C. H. "The growth of overseas commerce and European manufacture". In: LINDSAY, J. O. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. VII: The Old Regime, 1713-63*. Cambridge: Cambridge University Press, 1957. pp. 292-317.